

## DIÁRIO DA BAHIA

Jornal diário vespertino, fundado em Salvador no dia 1º de janeiro de 1856 por Demétrio Ciríaco Tourinho e Manuel Jesuíno Ferreira. Suas oficinas foram definitivamente fechadas em 30 de maio de 1957.

### IMPÉRIO: DE 1856 A 1889

O *Diário da Bahia* surgiu como órgão do Partido Liberal para fazer frente ao *Jornal da Bahia* (1853-1878), porta-voz dos conservadores. Como a grande maioria dos jornais da época, pretendia ser independente e imparcial, posicionando-se de “atalaia contra os abusos e os opressores”, e “falando sinceramente ao povo”.

Dificuldades financeiras e divergências em torno da diretriz política do jornal fizeram com que o *Diário da Bahia* passasse, no decorrer de sua existência, por sucessivos donos. Na sua primeira fase (1856-1868), caracterizada pela instabilidade, moderação e acomodação, o jornal passou, sucessivamente, por quatro proprietários, revertendo, no fim do período, às mãos de Demétrio Tourinho. Em 1868, o jornal foi vendido a uma sociedade anônima, sob a direção do conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas e constituída dos mais influentes membros da facção baiana do Partido Liberal, então no ostracismo.

O período de 1868 a 1880 correspondeu à fase áurea do *Diário da Bahia*. Do seu corpo de redação faziam parte os mais destacados membros da elite intelectual da época: Leão Veloso (pai), Rui Barbosa, Rodolfo Dantas, Sátiro Dias, Belarmino Barreto, Manuel Vitorino Pereira, Augusto Guimarães e Xavier Marques, entre outros. O apoio financeiro vinha do setor liberal da burguesia agrocomercial, da qual o jornal era porta-voz. Até 1872, quando os liberais retornaram ao poder, o *Diário da Bahia* atuou em franca oposição ao governo estabelecido, tornando-se o jornal de maior circulação na província.

Com a volta dos liberais ao poder, o conselheiro Dantas passou a fixar residência no Rio de Janeiro, e Rui Barbosa foi conduzido à direção do jornal, onde se manteve por dez anos. Refletindo a intrepidez de seu novo diretor, o *Diário da Bahia* engajou-se em todas as campanhas político-sociais da época — da obrigatoriedade do serviço militar à ingerência da Igreja nos assuntos políticos. Eleito deputado geral pela Bahia, Rui Barbosa transferiu residência para o Rio de Janeiro em 1879, continuando, porém, a colaborar com o jornal.

Em 1880, Augusto Álvares Guimarães, rico comerciante (casado com a irmã de Castro Alves) adquiriu as partes dos demais acionistas do jornal, tornando-se proprietário único. Era na sede do *Diário da Bahia* que diariamente se reuniam os membros da comissão central do Partido Liberal, para debater questões políticas, firmar os rumos do partido e do jornal. Os primeiros anos dessa terceira fase (1880-1896) corresponderam a um dos mais ricos e movimentados períodos do jornal. Neles tiveram lugar as grandes campanhas do Império: a reforma eleitoral pelo voto direto (1880), a reforma educacional (de autoria de Rui Barbosa), a abolição da escravatura e a propaganda republicana.

#### PRIMEIRA REPÚBLICA: DE 1889 A 1930

A mudança do regime político em novembro de 1889 não alterou, de pronto, a linha de atuação do *Diário da Bahia*. Através do editorial “Nossa coerência”, Augusto Guimarães reafirmou sua crença nos princípios liberais, colocando-os acima de qualquer forma de governo. Mas, organizado o Partido Republicano Federalista (PRF), agremiação governista, Augusto Guimarães foi convocado para integrar a sua comissão executiva, ao lado dos liberais Severino Vieira e Sátiro Dias, e dos conservadores José Gonçalves da Silva e Luís Viana. O *Diário da Bahia* tornou-se porta-voz do novo partido, cuja essência programática era a defesa da autonomia regional, consubstanciada no federalismo.

Esse alinhamento do jornal ao lado do governo durou pouco. Disputas políticas entre o ex-governador José Gonçalves e Luís Viana provocaram a desintegração do PRF. Quando as agremiações políticas se reorganizaram, Augusto Guimarães manteve-se solidário a José Gonçalves, chefe do partido oposicionista. Em decorrência, o *Diário da Bahia* voltou a desferir violentos ataques contra o governo, o que serviu de pretexto para uma tentativa de empastelamento do jornal por um grupo de praças do regimento policial (janeiro 1895). O *Diário da Bahia* responsabilizou o governador Rodrigues Lima pelo crime e mobilizou o povo que, em passeata, condenou o atentado, ao tempo em que dava vivas entusiásticos ao jornal.

Depois da morte de Augusto Guimarães (março 1896), o *Diário da Bahia* passou por uma fase de absenteísmo político. Artigos traduzidos do francês, informações sobre acontecimentos sociais europeus, ampla seção de modas femininas, substituíram os apaixonados artigos políticos de Augusto Guimarães, Xavier Marques e Manuel Vitorino.

Em consequência a vendagem do jornal caiu bruscamente, e sua edição, que era diária (exceto às segundas-feiras), passou a ocorrer em dias alternados e até com quatro dias de intervalo. Em abril de 1899, o jornal foi vendido a Domingos Rodrigues Guimarães, ex-magistrado e um dos membros de destaque da elite comercial que então se encontrava em franca oposição ao governo Luís Viana. Para fazer face ao candidato governista nas eleições para a escolha do intendente de Salvador (12/11/1899), a Associação Comercial da Bahia lançou a candidatura de Domingos Guimarães. Segundo praxe da época, a vitória do candidato governista foi oficialmente anunciada antes mesmo das apurações finais. Em consequência, a elite comercial mobilizou populares em manifestações de protesto; o governo recorreu à repressão armada; o comércio fechou suas portas. Candidato derrotado, Domingos Guimarães suspendeu a circulação do *Diário da Bahia*. Transferiu-o, em 1900, por escritura pública, a Severino Vieira, governador recém-empossado.

O *Diário da Bahia* voltou a circular em 1901, como órgão do Partido Republicano da Bahia (PRB), fundado pelo governador Severino Vieira (1900-1904). Atuou como porta-voz do governo e dos grupos no poder até 1907, quando o domínio político de Severino foi contestado, e o PRB cindiu-se em duas facções: a severinista e a marcelinista, que reunia os seguidores do então governador José Marcelino. Os dez anos que se seguiram e que coincidem com o ostracismo de Severino correspondem à etapa de maior combatividade e doutrinação política do *Diário da Bahia* em todo o período republicano. Uma série de campanhas políticas foi então levada a efeito, valendo destacar a da sucessão presidencial de 1909-1910 e a da sucessão estadual de 1919, que deu origem à chamada revolução sertaneja. Na primeira, o *Diário da Bahia* colocou-se contra o civilismo, que considerava sinônimo de anarquismo. Atacou impiedosamente Rui Barbosa, ao tempo em que enaltecia a personalidade e os feitos do marechal Hermes da Fonseca. Essa posição do jornal explica-se pelo fato de Rui Barbosa se ter colocado a favor da facção marcelinista quando da cisão do PRB em 1907.

Após a morte de Severino (23/9/1917), o *Diário da Bahia* foi adquirido por uma sociedade anônima incorporada por Pedro Lago, deputado federal e herdeiro do severinismo. O período de influência severinista terminou em 1921, quando o *Diário da Bahia* foi vendido a Geraldo Rocha, advogado e pecuarista, homem de negócios e de finanças, de atuação nacional e internacional. Radicado no Rio, Geraldo Rocha liderou, através do *Diário da*

*Bahia*, a campanha da Reação Republicana (1922), defendendo a chapa J. J. Seabra-Nilo Peçanha e combatendo a candidatura de Artur Bernardes. A vitória de Bernardes levou Geraldo Rocha a vender o jornal a uma sociedade. Voltaria a comprá-lo em 1929, quando já era proprietário de *A Noite*, no Rio, com o objetivo específico de promover a campanha da chapa Júlio Prestes-Vital Soares para as eleições presidenciais de 1930.

#### DE 1930 A 1957

A oposição do *Diário da Bahia* à Aliança Liberal e à Revolução de 1930 revelava o compromisso político e financeiro assumido por seu novo proprietário, Geraldo Rocha, com o governo estabelecido. Tendo-se como certa a vitória eleitoral e a posse de Júlio Prestes na presidência da República, os termos desse compromisso dariam a Geraldo Rocha o direito de encampar as estradas de ferro que, no Sul do país, estavam sob controle da Brazil Railway. Mas a vitória da revolução de outubro não permitiu que as negociações fossem concretizadas, e Geraldo Rocha foi obrigado a abandonar o Brasil. Antes, porém, transferiu seus direitos sobre o *Diário da Bahia* para Muniz Sodré, diretor do jornal e ex-senador federal do grupo de J. J. Seabra.

Foi graças à atuação do grupo seabrista que a propaganda do movimento de 1930 não esteve totalmente ausente na Bahia. A 24 de outubro, portanto, sob a manchete “A epopeia gloriosa da revolução”, o *Diário da Bahia* noticiou a marcha vitoriosa do movimento, ao tempo em que indicava o nome de Muniz Sodré como “uma das grandes esperanças da Bahia redimida”.

O primeiro interventor federal na Bahia foi Leopoldo do Amaral, membro do grupo seabrista, o que levou o *Diário da Bahia* a não fazer oposição ao seu governo. O matutino também não combateu o governo seguinte, apesar de a indicação de Artur Neiva (baiano, radicado em São Paulo) ter surgido em detrimento das aspirações dos seabristas. Contudo, a tônica moderada do jornal transformou-se em oposição ferrenha quando o tenente Juraci Magalhães, militar e cearense, foi nomeado terceiro interventor na Bahia (setembro de 1931 a novembro de 1937). O editorial “Brios baianos” retratava a humilhação da elite política baiana, que via seu estado ser governado por um militar e “forasteiro”.

Os constantes ataques do jornal contra o governo Juraci Magalhães foram seguidos de ações repressivas por parte das autoridades constituídas: prisão de redatores, ameaças

dirigidas aos vendedores, invasão da sede do jornal. No início de 1932, por exemplo, Muniz Sodré foi indiciado na Justiça por ter transcrito no seu jornal artigo estampado no *Diário Carioca* que denunciava o acordo financeiro entabulado pelo governo da Bahia com credores ingleses da Ethelburg Syndicate. O processo não chegou a ter andamento, porque, ante a reação pública, o interventor retirou a queixa que havia apresentado, baseado na lei da imprensa. Em abril do mesmo ano, a sede do jornal foi invadida por um grupo de investigadores, de revólver em punho. Todos os presentes foram presos, inclusive o redator-chefe do jornal, Joel Presídio. Foi então restabelecida a censura à imprensa baiana. Joel Presídio fixou residência no Rio, e a direção do matutino foi entregue ao ex-deputado federal Lauro Vilas Boas enquanto a gerência era assumida pelo capitalista e proprietário coronel Francisco Amado Soares Bahia.

Mas o *Diário da Bahia* não silenciou em suas críticas ao governo, e as perseguições ao jornal continuaram. Lauro Vilas Boas e Francisco Bahia foram intimados a comparecer ao palácio do governo, onde foram severamente admoestados. Mais tarde foram, por algum tempo, recolhidos à Penitenciária do Estado. Lauro Vilas Boas foi aposentado *ex-officio* do cargo de curador de órfãos, que exercia havia mais de 20 anos, o que consumou o esfacelamento do jornal.

Em 1933, o *Diário da Bahia* foi adquirido por uma sociedade anônima, formalmente constituída e dirigida por João Pacheco de Oliveira, ex-deputado federal e elemento de apoio do interventor Juraci Magalhães. O objetivo da compra era prover o governo e o recém-fundado Partido Social Democrático (PSD), órgão governista, de um meio de divulgação e propaganda. Até o golpe de estado de novembro de 1937 o *Diário da Bahia* desempenhou essa função. Com a instalação do Estado Novo, passou a apoiar e a promover a ditadura getulista.

Daí por diante acelerou-se a decadência do jornal, que passou a circular em períodos intermitentes. Em dezembro de 1951 reapareceu, depois de algum tempo de ausência, sob a direção de Antonino de Oliveira Dias e de Murilo Soares da Cunha. Seu proprietário oficial era a S.A. Diário da Bahia, mas o dono de fato era o governo do estado. Sua função, portanto, era promover o governo estabelecido e o PSD, partido oficial.

Duas colunas foram então responsáveis pelo soerguimento do jornal, nesse período: “Política é o diabo”, assinada pelo escritor Wilson Lins, sob o pseudônimo de Rubão Braz,

e “Disseram”, assinada por Murilo Soares da Cunha. Em tom satírico, a primeira fazia críticas contundentes ao jogo político da época, e a segunda também tratava de assuntos da política nacional e local, atacando com veemência a União Democrática Nacional (UDN) e, em especial, o senador Juraci Magalhães.

No dia 10 de maio de 1955, com o editorial “Fale baixo, coronel”, o *Diário da Bahia* refutava críticas formuladas por Juraci Magalhães contra o ex-governador pessedista Régis Pacheco, acusado pelo senador-coronel de ter enriquecido ilicitamente no governo do estado. Considerando o editorial difamante e calunioso, Juraci Magalhães apresentou em juízo queixa-crime contra os diretores do jornal, Murilo da Cunha e Antonino Dias. A reedição do editorial dois meses depois motivou a apresentação de outra queixa-crime contra os mesmos diretores, que deveriam, portanto, responder a dois processos movidos pelo senador udenista. A ação judicial, contudo, acabou prescrita por decurso de prazo, o que levou o juiz a declarar a absolvição dos réus.

A partir de 1956 a situação financeira do jornal tornou-se particularmente grave. Os salários dos funcionários deixaram de ser pagos, máquinas foram penhoradas. O jornal passou a ser alvo de consecutivas ações trabalhistas movidas por seus empregados. Para evitar a continuação de tais ações, a diretoria, de acordo com o pseudoproprietário (S.A. Diário da Bahia), resolveu suspender a circulação do jornal. O *Diário da Bahia* circulou pela última vez no dia 30 de maio de 1957, depois de mais de 80 anos de atividade.

*Consuelo Novais Sampaio*  
colaboração especial

FONTES: ENTREV. DIAS, A.; ENTREV. SAMPAIO, A.; SEABRA, J. *Humilhação*; SILVA, K. *Diário*.